

Co ao seu dispor, Magnífico?!?

28,6% já! Ou será que M.A. Zago vai alegar que “não sabe” que Unesp e Unicamp pagaram o abono?

Completamos hoje, 15/9, 112 dias de greve!

Uma greve que *não teria se estendido, ou até mesmo talvez não tivesse ocorrido*, caso a Reitoria estivesse de fato disposta a assumir um certo “compromisso de repactuar as relações no âmbito da universidade, de forma a aumentar a agregação interna, trazendo o diálogo, e não mais o confronto, para o centro da vida universitária, numa forma de democratização que avance muito além do mecanismo de escolha do reitor”, ou quiçá empreender uma “democratização que reverta a desconcentração do poder que caracterizou as sucessivas gestões recentes, e que inclua o compartilhamento de responsabilidades entre a Reitoria e as unidades acadêmicas, maior transparência na gestão do orçamento e restabelecimento do papel central dos órgãos colegiados”, como dizia o reitor Zago na cerimônia de posse, em 25/1/2014.

Entretanto, esta greve tornou-se necessária (e muito educativa) devido ao enorme descompasso entre o prometido e o realizado. Intransigente, tirânica, a gestão M.A. Zago-V. Agopyan optou por manter na USP o desrespeito com que estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes têm sido tratados ao longo dos tempos, sobretudo devido à manutenção de uma estrutura de poder autoritária, verticalizada e nada republicana.

A postura adotada pela Reitoria da USP tem impedido o estabelecimento de relações de diálogo e negociação entre Cruesp e Fórum das Seis, instituições essas que constituem os pilares de sustentação da autonomia universitária conquistada a duras penas. Vale dizer, a insistente tentativa de M.A. Zago de impor sua vontade — tanto no plano interno, como no âmbito do Cruesp — pode levar à implosão do Cruesp, caracterizando um ataque frontal à autonomia universitária. Se não, vejamos.

Toque de caixa. No âmbito interno, M.A. Zago e V. Agopyan têm adotado posturas deveras questionáveis. Basta lembrar o tratamento irresponsável dado à EACH, forçando a desinterdição do *campus* USP Leste sem sequer ter cumprido as exigências mínimas definidas pela Cetesb e as determinadas pelo Judiciário.

Há também a tentativa de governar uma das mais importantes universidades do país valendo-se do controle de seu principal órgão deliberativo, o Conselho Universitário (Co), convocado tão somente quando lhe interessa, inclusive a “toque de caixa” e sem informações suficientes para embasar definições fundamentadas. Exemplos deste procedimento são o caso da desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC, “Centrinho”); o afã em curso de se desvencilhar do Hospital Univer-

sitário (HU); e a aprovação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV).

Ou seja, a Reitoria recorre ao Co para homologar decisões já tomadas; ou apenas para dividir responsabilidades, sempre que não lhe pareça conveniente assumi-las ela própria.

No âmbito do Cruesp, o comportamento de gestões anteriores de quebrar o tratamento isonômico (ao adotar sucessivos “prêmios” e “benefícios” variados) manteve-se no momento em que reitor e seu vice desprezaram mais uma das muitas oportunidades que tiveram, nestes 112 dias de greve, de buscar soluções isonômicas no âmbito das três universidades estaduais, quando recusaram-se a acompanhar Unicamp e Unesp, as quais comprometeram-se com a proposta de reajuste negociada na reunião de 3/9 e também dispuseram-se a pagar o abono de 28,6% (proposto pelo TRT-2), ou seja: ambas concederam o equivalente a um reajuste de 5,2% a partir de maio de 2014.

Isolamento político. A Reitoria parece não se dar conta de que suas ações acarretam seu isolamento político, dentro e fora da universidade. A cada manifestação na mídia, as intervenções do reitor evocam posturas imperiais. A declaração do governador Alckmin de que “o Estado não assumirá a gestão do HU (Hospital Universitário) nem a do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (Centrinho) de Bauru” (*Folha de S. Paulo*, 12/9/2014, p. C6), depois reiterada a uma comissão da qual participou a Adusp (vide p. 5), revela, inclusi-

ve, a prepotência de M.A. Zago e V. Agopyan, ao tentarem impor medidas sem um mínimo de planejamento prévio.

A situação é bastante grave. Mas cabe registrar que o movimento contabiliza, ao lado de tantos outros ganhos, o mérito de haver contribuído para jogar mais luz sobre a nocividade desse *modus operandi*, inclusive para a opinião pública. A pergunta que não quer calar é: até quando a subserviência de setores da burocracia universitária permitirá a continuidade destas práticas políticas? Em particular, na reunião de 16/9, o Co será capaz de contribuir para levar a bom termo uma negociação que há muito já deveria ter sido concluída no âmbito do Cruesp? A ver.

Independentemente disso, considerada sua trajetória pregressa, este Co — cuja composição expressa claramente o peso político das fundações privadas ditas “de apoio” e da “militância” da Reitoria, ao mesmo tempo em que veda uma adequada representação do maior segmento dos docentes (MS3), de funcionários e estudantes, os quais juntos sequer somam 20% desse colegiado — não pode ser o *locus* de um processo de democratização efetiva desta universidade.

Resolvidos os problemas mais agudos de um momento de defesa das nossas condições de vida e trabalho e do adequado financiamento das estaduais paulistas, reafirmamos a necessidade de intensificar a luta por um processo estatuinte na USP.

Estatuinte exclusiva, democrática e soberana!

Próxima sessão da Assembleia Geral da Adusp
Quinta-feira, 18 de setembro, 10h30, no Anfiteatro da Geografia

Pauta: avaliação do movimento e das reuniões do TRT e Co

M.A. Zago empaca e faz Cruesp optar por negociação em separado

Reunião com Fórum das Seis em 9/9 terminou sem avanço quanto ao abono de 28,6%. No dia seguinte, porém, Unesp e Unicamp concederam a medida e deixaram a USP isolada

Terminou sem qualquer avanço a reunião realizada em 9/9 entre o Fórum das Seis e o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp). Os reitores, que na reunião anterior (3/9) propuseram reajuste de 5,2% em duas parcelas de 2,7% (a serem pagas em outubro e janeiro), rejeitaram a contraproposta das categorias, que se basearam em proposta do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2) à USP para reivindicar um abono de 28,6%.

Ao conduzir as negociações relativas ao dissídio aberto pela USP contra os funcionários, o TRT-2 acrescentou à oferta da Reitoria de 5,2% (em seguida encampada pelo Cruesp na negociação conjunta) a proposta do abono de 28,6%, como forma de compensar a perda salarial sofrida por aquela categoria desde a data-base, em maio.

Na reunião de 9/9, os representantes do Fórum das Seis argumentaram que, uma vez que a USP judicializou o conflito ao recorrer ao TRT-2, não há como escapar das consequências dessa iniciativa: portanto, é preciso manter a isonomia salarial, estendendo o abono a todas as categorias das três universidades.

Isonomia em risco. Diante das habituais alegações dos reitores de que a situação financeira é diferenciada em cada uma das universidades, e que portanto o abono deve ser negociado caso a caso, os representantes do Fórum das Seis recordaram que o abono só foi introduzido na discussão porque, na data-base, o Cruesp decidiu congelar salários, ao invés de negociar adequadamente o reajuste naquele momento. Após um intervalo de 15 minutos solicitado para que o tema fosse discutido internamente, o Cruesp anunciou a posição de que a eventual concessão do abono deveria ser tratada separadamente por cada uma das universidades.

Comunicaram essa decisão a professora Marilza Rudge, reitora em exercício da Unesp e atual presidente do Cruesp, e o reitor Tadeu Jorge, da Unicamp. Em meio às acesas intervenções, o reitor M.A. Zago, da USP, permaneceu

em silêncio quase o tempo todo.

O professor Cesár Minto, da coordenação do Fórum das Seis, comentou incisivamente que o Cruesp e o Fórum das Seis são o esteio do sistema público estadual de ensino superior, não podendo o Cruesp abrir mão de uma decisão conjunta, em favor de negociações em separado de cada universidade com as respectivas categorias.

O professor Ciro Correia, presidente da Adusp, criticou duramente a Reitoria da USP, em razão da iniciativa que afrontou a autonomia universitária, de judicializar a questão em relação à categoria dos funcionários, que pode trazer repercussões negativas no âmbito do Cruesp, afetando a isonomia. E instou M.A. Zago a se manifestar: “É preciso que ele se pronuncie sobre se pretende ou não pagar aos docentes o que a justiça determinar que ele pague para os funcionários”.

O reitor da USP disse, então, que as argumentações que ouviu eram descabidas, porque a negociação em separado do abono foi uma decisão unânime do Cruesp, de modo que nada teria a acrescentar. E remeteu a questão do abono na USP para o Conselho Universitário (Co), a quem, afirmou, caberá decidir a respeito. M.A. Zago negou-se a responder quando seria esta reunião do Co, mas o portal noticioso G1 divulgou no mesmo dia que ela será em 16/9, o que indica que o reitor optou por sonegar a informação aos participantes da reunião.

Financiamento. Um dos primeiros temas tratados na reunião foi o retorno que o Cruesp prometera em relação às propostas de aumento do repasse de ICMS às universidades estaduais e medidas correlatas, encaminhadas pelo Fórum das Seis à Assembleia Legislativa (Alesp) e ao governo estadual, e aprovadas por unanimidade pelo Conselho Universitário da Unesp. Na reunião anterior, o Cruesp ficou de trazer uma avaliação dessas propostas, já tendo manifestado uma única objeção mais séria: à inclusão da reivindicação de ampliar de 30% para 33% da arrecadação de im-



Daniel Garcia

Reunião de 9/9 entre Fórum das Seis e Cruesp

Um reitor à deriva

Declaração do secretário Andrea Calabi, da Fazenda, sobre o pacote de medidas da Reitoria da USP, inclusive o PIDV:

“Me inclui fora dessa!” (*Folha de S. Paulo*, 5/9/14)

Declaração do secretário David Uip, da Saúde, a propósito da desvinculação do Hospital Universitário (HU):

“Tem alguém que quer vender, mas o outro não quer comprar. Não tem discussão. A decisão nasce morta” (*Folha de S. Paulo*, 11/9/14)

postos a vinculação de verbas para a educação em geral.

Consultados a respeito pela representação das categorias, os reitores disseram ter introduzido “pequenas modificações” nas propostas, e anunciaram que já enviaram documentação a respeito para a Alesp e governo. No entanto, surpreendentemente, recusaram-se a fornecer cópias dessa correspondência. Admitiram apenas que uma das mudanças é precisamente a retirada da proposta relacionada aos recursos para a educação em geral. O Fórum das Seis protestou contra essa atitude inadequada, nada democrática, de sonegar informação.

Em seguida o Fórum das Seis insistiu na realização de uma nova reunião de negociação na quarta-feira da próxima semana, 17/9. Após consultar seus pares, a presidenta do Cruesp, Marilza Rudge, declarou que as agendas dos reitores indicam dificuldades, mas comprometeu-se a definir, na segunda-feira 15/9, a data da nova rodada de negociação (posteriormente, o Fórum das Seis indicou nova data, 18/9, para que a reunião não coincidissem com a oitiva do reitor da USP na Alesp, sucessivas vezes frustrada por ele e agora remarcada para 17/9).

Tadeu Jorge na Alesp.

Na audiência pública da Comissão de Educação e Cultura (CEC) reali-

zada no auditório Franco Montoro da Alesp em 10/9, à qual foi convocado a comparecer, o reitor da Unicamp, Tadeu Jorge, declarou, depois de ser pressionado pelos presentes, que o índice de repasse da quota-parte estadual (QPE) do ICMS às universidades públicas estaduais reivindicado pelo Cruesp, em documento encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e à Alesp, é de 9,907%.

Na ocasião, Tadeu Jorge informou também que na manhã daquele mesmo dia a Unicamp decidiu conceder aos docentes da instituição um abono complementar de 7,6%, uma vez que já lhes foram dados 21% anteriormente. Aos funcionários técnico-administrativos foi concedido abono de 28,6%, como proposto pelo TRT-2.

O reitor M.A. Zago, igualmente convocado pela CEC, não compareceu. Enviou ofício à comissão alegando que precisava se fazer presente à posse de Ricardo Lewandowski na presidência do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, uma vez que o ministro é professor titular da Faculdade de Direito da USP, e dispôs-se a comparecer em 17/9. M.A. Zago driblou sucessivos convites e esta convocação da CEC, de modo que os deputados estão dispostos a solicitar ao Ministério Público Estadual sua punição, caso ele volte a desatendê-los.

Assembleia de 11/9 dá continuidade à greve, para conquistar abono

A sessão de 11/9 da Assembleia Geral Permanente da Adusp, realizada no auditório Abrahão de Moraes do Instituto de Física, decidiu, por ampla maioria (com sete votos contrários e algumas abstenções), pela manutenção da greve, tendo em vista a luta para dobrar a intransigência e o capricho do reitor M.A. Zago e conquistar o abono de 28,6%.

Os docentes aprovaram, igualmente, indicativo ao Fórum das Seis de suspensão da greve a partir de 22/9, a depender da análise da reunião do Conselho Universitário (Co) de 16/9 e do que ocorrer no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2) em 17/9. Nova sessão da AG ocorrerá em 18/9, às 10h30, na Geografia.

Inicialmente, o professor César Minto deu informe sobre a reunião realizada entre Fórum das Seis e Cruesp em 9/9. Explicou que a reivindicação do abono de 28,6% apresentada na reunião pelo Fórum das Seis (e baseada na proposta do TRT-2 à USP) pareceu desconcertar a bancada do Cruesp, tanto que o professor José Drugowich, chefe de gabinete de M.A. Zago, indagou: “Mas vocês mudaram a proposta?”.

Após argumentarem em defesa do abono, frente à resposta dos reitores de que o assunto fosse tratado separadamente por cada universidade, os representantes do Fórum das Seis propuseram a eles que fizessem um intervalo para se acertar internamente. “Isso é o que digo às minhas netas quando fazem algo errado”, reagiu a presidente do Cruesp, Marilza Rudge. O intervalo acabou ocorrendo, mas não mudou a posição dos reitores, o que gerou indignação na bancada do Fórum das Seis.

“Ficou claro para todo mundo que a intransigência do reitor da USP permaneceu”, relatou César, acrescentando que os reitores ficaram de dar resposta em 15/9 à proposta de que uma nova reunião de negociação fosse realizada em 17/9. Posteriormente, porém, a coordenação resolveu enviar ofício ao Cruesp propondo mudança na data da reunião para 18/9, em razão de que M.A. Zago, que novamente ausentou-se numa audiência pública da Comissão



Américo Kerr

Após debater a conjuntura, Assembleia opta por manter o movimento

de Educação e Cultura (CEC) da Alesp em 10/9, comprometeu-se a comparecer em 17/9, data considerada impostergável pelo deputado Carlos Neder (PT), presidente daquela comissão.

“Depois nos reunimos e mantivemos o indicativo de greve”, disse César, referindo-se à coordenação do Fórum das Seis.

TRT critica USP. Magno de Carvalho (Sintusp) relatou que a reunião de 10/9 no tribunal “começou com o desembargador fazendo elogios aos trabalhadores da USP, por haverem aprovado a proposta do TRT”. Em seguida o desembargador perguntou aos representantes da USP o que eles teriam a dizer. A resposta foi que o reitor havia transferido ao Co a atribuição de decidir sobre a questão do abono.

Neste momento o desembargador criticou fortemente a Reitoria: disse que a USP estava protelando a decisão sobre a proposta do tribunal e avisou que a próxima reunião seria a última de conciliação. Depois, caso não haja acordo, haverá o julgamento do dissídio.

Os funcionários técnico-administrativos, que fizeram passeata na manhã de 11/9, ao saberem da presença do governador Geraldo Alckmin (PSDB) no Hospital Panamericano deslocaram-se até lá e conseguiram conversar com ele, questionando a desvinculação do HU. “Alckmin foi obrigado a responder, dizendo que essa história é coisa do Zago”, contou Magno.

Unidades. Houve informes da EACH, EE, FFLCH, IP, FZEA, FMVZ, FOB, IME, FSP e FE. Uma única assembleia setorial, a da FSP, aprovou proposta de suspensão do movimento, por 9 x 5.

A professora Malu Schmidt relatou a circulação de manifesto, no IP, que explicita divisão muito forte na unidade: “Pinçam alguns episódios, como os cadeiraços na FFLCH e FAU, para atacar colegas grevistas. Usam conceitos de maneira rasa e inconsequente. Nossa colega Emma [Otta] está pedindo que esse documento seja aprovado por nossa Congregação. Somos contrários”, explicou. Um dos signatários é o ex-reitor José Goldemberg, que recomendou em mensagem divulgada na lista: “Vocês deveriam ir à assembleia da Adusp e acabar com essa greve sem sentido”.

O professor Adrián Fanjul informou que esse mesmo manifesto foi postado no site da FFLCH como “documento do IP”, e acrescentou que entre seus signatários encontram-se pró-reitores e ex-pró-reitores, bem como o ex-vice-diretor da EACH, Edson Leite, afastado em reunião aberta da Congregação. O mesmo texto foi apresentado, em outro momento, como documento de apoio ao diretor da FFLCH, Sérgio Adorno; fato que Adrián qualificou como “chantagem”.

A avaliação da FE, destacou a professora Kimi Tomizaki, é de que não é o momento de sair da greve. A setorial aprovou como propostas ato em frente ao Co e carta aos conselheiros e membros de congregações. “Na última reunião do Co os conselheiros sofreram assédio moral, receberam telefonemas do alto staff da Reitoria” para que não seguissem a orientação de suas respectivas congregações, denunciou ela. No entanto, lembrou, a posição do movimento de greve sempre foi a de manter-se aberto ao diálogo.

O professor César Freitas, diretor regional da Adusp em Bauru,

falou das dificuldades de mobilização do corpo docente existentes na FOB e explicou que a pretendida desvinculação do HRAC (“Centrinho”) vem encontrando resistência na cidade, especialmente na Câmara Municipal, que voltaria a tratar do tema em 15/9 e 16/9, com a presença do professor Francisco Miraglia, da Adusp.

Ele explicou que seis dos vereadores, de diferentes partidos, opõem-se publicamente à medida, e que, ao

contrário do alegado pela direção da FOB, a desvinculação não chegou a ser debatida na comunidade universitária: “Nunca houve nenhuma discussão. Não é verdade que houve votação dentro do Conselho Deliberativo do Centrinho. Ela [a diretora Maria Aparecida Machado] simplesmente informou o que ia ser feito, não houve votação. O Co foi enganado”.

Desvinculação do HU. A professora Rosangela Sarteschi (FFLCH) informou, pela Comissão de Mobilização, que será realizado em 18/9 no anfiteatro da Geografia um debate sobre a desvinculação do HU, com a participação dos professores José Pinhata Otoch, diretor do HU, e Sebastião dos Santos (FMRP), autor do relatório que serviu de base à proposta da Reitoria.

O HU também foi tema de informe do professor Ciro Correia, presidente da Adusp, que participou de um encontro no Palácio dos Bandeirantes entre uma comissão e o governador. Alckmin declarou que jamais foi procurado pela USP para tratar da desvinculação seja do HU, seja do HRAC (vide p. 5).

A sessão de 11/9 da AG decidiu ainda realizar manifestação em frente ao local que vier a sediar a reunião do Co em 16/9; enviar carta às congregações e aos membros do Co reafirmando que a definição sobre o abono é parte da negociação salarial da data-base, que deveria ter sido resolvida no Cruesp, e que como isto não ocorreu, por insistência do reitor, cabe agora aos conselheiros contribuir para levar a bom termo a negociação; e participar da audiência pública da Comissão de Educação e Cultura da Alesp, em 17/9, às 14h30, à qual deverá comparecer M.A. Zago.

Reitor reduz para 1.700 “público alvo” do PIDV e aprova proposta no Co atropelando a oposição

Na reunião de 2/9 do Conselho Universitário (Co), que aprovou por 71 votos a 30 (com quatro ausências) a proposta da Reitoria de Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), o reitor M.A. Zago rejeitou “toda e qualquer solicitação de vistas de alguns membros e também solicitações para retirada de pauta, com pedidos para que se estabelecesse um período maior de discussão com a comunidade USP sobre esta questão”, segundo informa em seu blogue José Renato Araújo, representante dos professores doutores no Co.

No debate, a principal alegação do presidente da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) foi a vinculação da aprovação do PIDV “para o estabelecimento de qualquer possibilidade de construção de uma proposta de reajuste salarial, a ser encaminhada para o Cruesp”, portanto “a posição da Reitoria foi a vinculação entre os dois pontos de pauta, apesar de serem votados separadamente, sendo impossível pensar, segundo a Reitoria, em qualquer proposta de reajuste salarial no caso de não aprovação” do PIDV. “Vários conselheiros se posicionaram contra os argumentos da Reitoria e da COP”, relata José Renato.

O professor Luiz Menna-Barreto, representante da Congregação da EACH, comenta que a discussão foi intensa, marcada por manifestações dos representantes dos servidores, que propuseram inicialmente a retirada de pauta e pedido de vistas (ambas negadas pelo reitor): “Dúvidas sobre os efeitos do programa, sobretudo o esvaziamento de alguns setores em função de demissões de quadros experientes, além de questionamentos sobre o impacto do programa (R\$ 400 milhões) nas combalidas finanças da universidade, foram objeto de ponderações por diversos professores”, explica.

Mudança de posição.

“Fiquei bastante surpreso pela manifestação do reitor em relação ao encaminhamento das discussões: se deveriam envolver também a questão salarial ou se deveriam ser tratados, debatidos e votados independentemente. O reitor declarou-se inicialmente pela independência dos temas e mais tarde defendeu sua estreita vinculação”,

relata Menna. “Essencialmente, o que foi dito por ele é que nenhum reajuste poderia ser concedido caso o PIDV fosse rejeitado pelo Co. A votação expressou bem o poder de convencimento dessa tese. Votei contrariamente, motivado pelas dúvidas sobre o programa e pela condução pouco democrática da discussão”.

Neste contexto, a discussão seguinte, sobre o reajuste salarial, “foi pautada por uma posição da Reitoria, baseada nos estudos da COP, da impossibilidade de construção de qualquer outra proposta pelo Co”, esclarece o professor José Renato, de modo que “encaminhou-se a votação do parecer da COP, condicionando que em caso de não aprovação nosso reitor iria dar os encaminhamentos necessários à construção de uma proposta alternativa àquela”.

A proposta da COP, endossada pela Reitoria e aprovada por 75 votos a 15, com duas ausências, re-

comenda ao reitor encaminhar ao Cruesp a proposta de reajuste salarial de 5,2%, correspondente ao índice FIPE, “a ser concedido em duas etapas: a primeira de 2,6%, a partir de outubro de 2014, e a segunda de 2,534%, a partir de janeiro de 2015”.

Redução do universo.

Houve um redimensionamento do PIDV, com redução do contingente cuja demissão voluntária a Reitoria pretende obter. “O público-alvo do programa são servidores entre 55 e 67 anos, com vinte anos ou mais de trabalho na USP, que já estão aposentados pelo INSS ou com condições de aposentadoria. Segundo o reitor, atualmente, há, na Universidade, cerca de 1.700 servidores celetistas nessa condição”, informa a respeito o site oficial da Reitoria (<http://goo.gl/kiRU7R>).

Ocorre que não é esse o universo que consta do documento original da Reitoria sobre o progra-

ma, o qual afirma claramente que “os estudos tomaram como referência um público-alvo formado por cerca de 2.800 servidores celetistas com idade entre 55 e 67 anos e com, pelo menos, vinte anos de trabalho na USP” (<http://goo.gl/HO10N1>).

Não obstante a redução da meta prevista, os índices de economia que se pretende alcançar com a medida não foram revistos, como se depreende da nota da USP: “Prevê-se, ainda, a redução da ordem de 6,5% a 7,5% nos gastos com a folha de pagamento, possibilitando a consequente redução do déficit e a aceleração da recuperação financeira da Universidade a partir de 2016”.

O comunicado oficial acrescenta que o Co indicou três diretores de unidades “para acompanhar o processo de desenvolvimento do programa, que deverá ser divulgado com maior detalhamento em breve”.

Desastrosa estratégia judicial da Reitoria

A decisão da Reitoria da USP de judicializar o conflito com os funcionários técnico-administrativos, levando a greve ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), revelou-se inteiramente desastrosa até o momento. A gestão M.A. Zago-V. Agopyan vem colecionando derrotas no tribunal e fora dele, como ocorreu ao tentar socorrer-se do Supremo Tribunal Federal (STF), sem êxito.

Inicialmente a Reitoria buscou obter no TRT-2 a decretação de abusividade da greve, que poderia levar ao fim do movimento. A alegação era de que o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) não estaria cumprindo com o percentual mínimo de 30% de funcionários em atividade nos setores essenciais, como o HU. O TRT-2 rejeitou a pretensão da USP e, frente à denúncia do Sintusp de que houve corte de ponto e confisco de salários, advertiu severamente a Reitoria quanto à inadequação e ilegalidade da medida.

Diante da recusa da gestão M.A. Zago-V. Agopyan em atender às advertências, o TRT-2 endureceu e determinou, em 1º/9, que a

USP realizasse, “em 48 horas”, o pagamento dos salários de julho dos funcionários técnico-administrativos em greve, confiscados por decisão da Reitoria. Decisão da relatora do caso, juíza Fernanda Oliva Cobra Valdívia, que também ordenou à USP que “se abstenha de praticar novos descontos de salários”.

A juíza considerou que a atitude da USP de “promover tais descontos e, ainda, acenar com a possibilidade de novos, configura prática antissindical, negando o próprio direito de greve de seus empregados”. Tal prática “não pode ser agasalhada, sobretudo em função de o conflito estar *sub judice*, devendo o suscitante [a USP] aguardar decisão do Poder Judiciário sobre o pagamento ou não dos dias parados e não efetuar tais descontos de forma abrupta”.

Na apreciação da juíza, a USP incorreu no “parágrafo 2º do artigo 6º da Lei 7.783/899, praticando ato para constranger seus funcionários ao retorno ao trabalho”.

Insatisfeita, a USP ingressou no STF com uma Reclamação (18.506-MC/SP), buscando suspender a de-

cisão do TRT-2. Coube então ao ministro Celso de Mello indeferir o pedido da Reitoria, salientando que o instrumento constitucional da Reclamação não se qualifica como “sucumbência recursal” e não permite que, a pretexto de assegurar a autoridade dos julgamentos do STF nos Mandados de Injunção 670, 708 e 712 (que versam sobre a aplicação da legislação de greve aos servidores públicos), se busque corrigir, como pretendia a USP, a interpretação que a Justiça do Trabalho tenha dado à Lei 7.783/89, que trata dos direitos de greve (vide <http://goo.gl/v3l0jG>).

Diante disso, só restou à USP acatar a decisão do TRT-2. Teve de pagar os salários confiscados em julho. Mas havia mais.

Em 10/9, em nova reunião de conciliação no TRT-2, Rudinei Toneto (Codage) e demais representantes da Reitoria foram repreendidos pelo desembargador Davi Meireles, que acusou a USP de protelação ao transferir para o Co de 16/9 a decisão sobre o abono de 28,6% proposto pelo tribunal e já aceito, em assembleia, pelos funcionários.

Governador recebe comissão e diz: “Nem HU nem HRAC serão assumidos pelo Estado, isto está fora de cogitação”

Por solicitação de profissionais ligados ao Hospital Universitário (HU), encaminhada ao governador Geraldo Alckmin por uma integrante do diretório municipal do PSDB, Sílvia Portugal, ocorreu na tarde de 11/9 no Palácio dos Bandeirantes reunião a propósito da proposta da Reitoria da USP de desvincular o hospital da universidade.

Compunham a comissão os médicos Marcelo Vasconcelos Rodrigues, da Clínica Médica e da Câmara de Ensino do HU; Gerson Salvador, também da Clínica Médica (e diretor do Simesp); Rachel Santos Ferreira, médica residente da Pediatria e representante da Associação dos Médicos Residentes (Amerusp); Ana Lúcia Sassaki, médica nefrologista; e as professoras doutoras Noemi Rogenski, chefe do Departamento de Enfermagem do HU, e Raquel Gaidzinski, da Escola de Enfermagem.

Também integravam o grupo: Mário Souza, do Conselho Gestor de Saúde do Distrito do Butantã e membro do Conselho Deliberativo do HU como representante da comunidade; Murilo Germano, estudante da Faculdade de Medicina e presidente do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz (CAOC); o presidente da Adusp, professor Ciro Correia; e Sílvia Portugal. A reunião teve início por volta das 15h15 e se estendeu até 16h30.

Após apresentar o assessor especial João Carlos de Souza Meirelles, professor da Escola Politécnica, que acompanhou toda a reunião, o governador teceu considerações a respeito da situação econômica estadual e do país, que estaria determinando a queda na arrecadação, levando às limitações orçamentárias de diferentes órgãos da administração direta e indireta. Colocou nesse contexto as dificuldades que a USP estaria enfrentando, as quais seriam transitórias, e definiu as medidas sugeridas pela Reitoria como “o que a USP resolveu fazer para diminuir o seu custeio”.

Alckmin concluiu dizendo que via a situação como passageira, até que a recuperação econômica determine o aumento da arrecadação do Estado. Em seguida passou a ouvir atentamente as manifestações de todos os presentes.



Papel singular do HU.

Todos destacaram as especificidades do HU, o papel singular que desempenha para o ensino de diferentes unidades da USP que seriam prejudicadas ou mesmo desconstituídas caso viesse a ser encampado por outros órgãos, fosse a Secretaria da Saúde ou outra autarquia como o Hospital das Clínicas, diante do modo como operam e do papel diferenciado em relação ao exercido pelo HU.

Mário Souza, representante da população no Conselho Deliberativo do HU, ressaltou o papel único que o hospital desempenha no atendimento de toda uma região que abrange mais de 500 mil habitantes que nele reconhecem padrão diferenciado de atendimento, que ficaria comprometido caso fosse desvinculado da USP.

Ciro Correia fez notar a gravidade do contexto e do modo como essa questão foi encaminhada pela Reitoria, precipitado, não fundamentado e impositivo, fazendo agravar a crise em curso na universidade. O presidente da Adusp explicitou que seria importante esclarecer que a forma como a Reitoria vem tratando da situação orçamentária da USP, e as propostas que tem apresentado, não correspondem, como dito pelo governador, ao que ele chamou de “o que a USP resolveu fazer para diminuir o seu custeio”; sendo, ao contrário, propostas que o reitor impôs à comunidade e à deliberação do Conselho Universitário (Co) de modo anti-acadêmico, ao não subsidiá-las adequadamente, nem permitir o devido tempo para avaliação e debate.

Chamou atenção para o fato de que, ao agir desta forma, inevita-

velmente a Reitoria propiciaria o entendimento de que o fazia com o aval ou por solicitação do governo; e que isso precisava ser devidamente esclarecido. Acrescentou que embora o foco ali fosse o HU, não era possível deixar de fazer referência à proposta de desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), conhecido como “Centrinho” e ligado à Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) — em especial pelo fato de, neste caso, o Co já ter deliberado a respeito. Que é preciso levar-se na devida consideração as reações que tal medida vem causando, como o convite para que a Adusp se pronuncie a respeito na Câmara Municipal de Bauru em 15/9 e a audiência pública já convocada para 16/9 da qual também participaríamos.

Ademais, Ciro destacou que o Co da USP só aprovou a proposta de desvinculação em função do pronunciamento da professora Maria Aparecida Machado, diretora da FOB e presidente do Conselho Deliberativo do HRAC, que assegurou aos conselheiros que a medida teria sido amplamente debatida naquela unidade e contaria com amplo apoio; sabe-se agora, contudo, que tal não ocorreu: a medida foi noticiada à comunidade como fato consumado e não como proposta a ser debatida.

“Nunca cogitou”. Retomando a palavra, o governador foi absolutamente claro: “Nunca este governo sequer cogitou de assumir a responsabilidade pelo Hospital Universitário ou de incorporá-lo”. Disse que tampouco houve qualquer interlocução do governo com a USP a esse respeito. Que re-

conhece as especificidades do HU, do tipo de trabalho que ali é desenvolvido com sucesso e que, para que esse trabalho não seja descaracterizado, o hospital deve permanecer com o status atual.

Questionado sobre a possibilidade já aventada por alguns de mantê-lo como hospital “associado” à USP (enquanto hoje é um “órgão complementar”), transferindo ou vinculando sua administração ao HC, hipóteses que todos os presentes viam com igual preocupação — uma vez que esse modelo viria a interferir no modo como o hospital opera e no papel que cumpre — mais uma vez Alckmin foi assertivo em afirmar que o governo também não apoia essa alternativa.

Quanto ao HRAC ou “Centrinho”, fez o histórico dos cinco hospitais hoje existentes em Bauru, dois dos quais recentemente assumidos pelo Estado por se encontrarem com problemas financeiros, entre eles o Hospital de Base, cujo prédio estaria em condições muito ruins, necessitando de ampla reforma, como a que o governo fez na maternidade, ou de um prédio novo. Ao tomar conhecimento, há cerca de um ano, de que o “Centrinho” possuía um prédio recém construído que não estava sendo utilizado, o governo teria então entrado em contato com a administração do hospital para saber se havia interesse em transferir o prédio, de maneira negociada, para que a Saúde estadual o utilizasse para dotar de estrutura física o Hospital de Base.

O governador enfatizou que nunca os contatos com a USP foram além dessa questão, de utilizar o prédio do “Centrinho”. Que teria tomado conhecimento da desvinculação e da intenção de transferir o hospital pela imprensa.

Concluiu dizendo reconhecer que HU e HRAC construíram sua reputação pela interface com a universidade, portanto assim devem permanecer. Nesse ponto, repetiu: “Nunca sequer cogitamos de desvincular o HU ou o HRAC”. O governador se comprometeu a emitir manifestação oficial a respeito. E acrescentou: “Está dito: não será feito, nem o HU nem o HRAC serão assumidos pelo Estado, isto está fora de cogitação.”

“SOS USP” mesclou teatro, música e política

O ato público “SOS USP em defesa da Universidade pública”, realizado pela Adusp em 2/9, na Praça do Relógio, reuniu grande número de professores, estudantes e funcionários, em jornada que mesclou leitura de textos de teatro, apresentações musicais e numerosas declarações de apoio ao movimento de greve.

Após a bem-humorada apresentação da Companhia Antropofágica, e um show do colega Toninho Carrasqueira (ECA), tiveram início as manifestações políticas de convidados sobre a crise vivida na USP.

No decorrer do ato, a professora Rosângela Sarteschi (FFLCH) leu uma petição aprovada em sessão da Assembleia Geral Permanente e preparada pela Comissão de Mobilização (CM), com versões em francês, inglês, espanhol e italiano, na qual se pede apoio nacional e internacional para a campanha do SOS USP.

Ativistas. Bruno Arantes, médico do HU, denunciou que uma eventual desvinculação do hospital resultaria em “carta branca ao reitor” e “o início de uma derrocada que não se sabe onde vai terminar”. Na sua visão, o HU, que completou 33 anos em agosto e atende milhares de alunos por ano, representa o sonho da multidisciplinaridade na saúde. “Talvez o HU seja uma das maiores unidades de ensino da USP”, observou, embora formalmente não se enquadre como tal. Seria uma “perda irreparável”.

O presidente do Andes-SN, professor Paulo Rizzo, destacou que para lutar contra as privatizações “também temos que lutar pelo direito de lutar, que está sendo criminalizado”. Atendendo a pedido do Fórum das Seis, Rizzo conclamou as centrais sindicais e entidades nacionais representadas no ato a “pedir audiência ao governador para abrir um processo de negociação”, o que foi de pronto acolhido.

Douglas Izzo, vice-presidente da CUT estadual, manifestou solidariedade com a “luta heróica em defesa da educação pública de qualidade” empreendida pelo Fórum das Seis.

Mauro Puerro, em nome da CSP-Conlutas, registrou que Alckmin, com sua “cara de pau”, vem privatizando a educação pública, no interesse do grande capital.

Também se manifestaram Denise Rykala (Sinteps), em nome do Fórum das Seis; Vanessa, Letícia e Augusto (DCE-Livre da USP); Roberto



Toninho Carrasqueira faz a abertura do ato “SOS USP”, realizado na Praça do Relógio da Cidade Universitária

Guido (Apeoesp); Gerson Salvador (Sindicato dos Médicos); Neuza Santana Alves (Fasubra); Guilherme Boulos (MTST); Luisa, do Movimento Passe Livre (MPL); Ana Mello e Ana Carla, ambas da Passeata dos Bebês.

Deputados. “O que estamos vendo é uma crise de democracia no conjunto dos colegiados das universidades. A aprovação do PIDV confirma isso”, avaliou João Palma, vice-presidente do Conselho Estadual de Educação e coordenador do Fórum Estadual da Educação.

Após declarar que “o governo do tucanato já destruiu a educação básica e quer destruir também as universidades”, o deputado Carlos Giannazi (PSOL) efetuou duríssimo ataque a M.A. Zago: “Ele confiscou salários, confiscou vale-refeição, é um reitor criminoso, covarde”.

O deputado Adriano Diogo (PT) classificou M.A. Zago como “interventor nomeado”. Disse que a demissão voluntária é “o pior que o neoliberalismo criou” e que a USP resistirá às imposições.

Foram lidas cartas de apoio e solidariedade do deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) (<http://bit.ly/ZjFKgP>), do candidato a governador Alexandre Padilha (PT) (<http://bit.ly/1pdbQQs>), da professora Maria Victoria Benedites (FE) (<http://bit.ly/1rZXNWc>), do professor Antonio Candido (FFLCH) (<http://bit.ly/1uLOcPy>), da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) (<http://bit.ly/1tQ5TR4>) e da Associação Juizes para a Democracia (AJD) (<http://bit.ly/1uLOmGL>).

Convidados especiais. A professora Maria Helena Souza

Patto (IP) citou Hanna Arendt para falar da “sobrevivência do autoritarismo e da opressão nos regimes democráticos liberais que se valem de formas mais ou menos sutis de tirania, caso da manipulação da opinião pública pela mídia e da violência policial”, bem como do surgimento de um individualismo feroz e competitivo. “Qualquer semelhança desse quadro com o cotidiano da vida atual na universidade pública não é mera coincidência”, destacou.

Ela protestou contra a segmentação da USP em faculdades e departamentos: “O *campus* é um arquipélago de ilhas que não se comunicam, estamos absolutamente segmentados e afastados”; sustentou a necessidade de se “restabelecer o encontro e o diálogo”; e criticou o produtivismo acadêmico: “Deveríamos ter protestado lá atrás, quando a Capes, nosso FMI, começou a nos impor uma série de critérios”.

O professor João Zanetic (IF) apontou os paradoxos existentes entre o discurso de posse do reitor (“a intolerância ao diálogo [...] ameaça *transformar a universidade em um túmulo de ideias*”) e as medidas que ele vem implantando: PIDV; “ataque à qualidade do trabalho acadêmico”; “confisco ilegal de salários”; “retirar da universidade duas unidades complementares, o HU e o HRAC”; “desinterdição da EACH ainda contaminada” etc.

As atividades promovidas pela CM e o ato em curso “mostram que a universidade crítica ainda está viva”, concluiu. “Nunca permitiremos a despolitização desta universidade”.

Em seguida falou, concisamente, o professor Chico de Oliveira

(FFLCH): “A universidade pública, laica e gratuita é uma conquista popular. Devemos estar atentos para os movimentos sutis de privatização desta e de outras universidades públicas do Estado de São Paulo. Nossa tarefa é defender essa forma pública, laica e gratuita de universidade para o povo”.

O professor Ciro Correia, presidente da Adusp, encerrou a parte política do ato fazendo a leitura do “Manifesto SOS USP em defesa da universidade pública” (<http://goo.gl/PgPPP5>).

Teatro e música. A Companhia Antropofágica divertiu a plateia ao ler um texto criativo, repleto de tiradas cômicas sobre a estrutura de poder da USP. Satirizou o viés mercantil das medidas defendidas pela atual gestão reitoral e mirou com sarcasmo no *slogan* da “excelência de classe mundial”, ao anunciar que a USP sonha tornar-se um “barracão de nível internacional”. Um versinho resumiu a sanha repressiva dos burocratas: “Reunião do Co/tem que vestir meu paletó/e botar sindicalistas/no xilindró”.

Coube ao flautista Toninho Carrasqueira, acompanhado de André Bachur (bandolim), Marcel Martins (cavaquinho), Juninho Alves (violão de sete cordas) e Ivan Bagno (pandeiro), iniciar a parte musical do ato, executando belas canções de Ernesto Nazareth, Jacó do Bandolim, Pixinguinha e Valdir Azevedo.

Os oito jovens da Filarmônica de Pasárgada empolgaram o público com músicas alegres, letras imaginativas e as performances da vocalista. Tom Zé, aguardado com ansiedade, encerrou o ato em grande estilo.

Daniel Garcia